



COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ

CNPJ/MF: 61.082.962/0001-21

Relatório da diretoria

Senhores Acionistas, em obediência às disposições estatutárias e às determinações legais que regem o funcionamento das sociedades por ações, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de março de 2026, acompanhado das Notas Explicativas. **Resultado do Exercício:** Do lucro do exercício de R\$ 27.745.097,32, após a constituição da reserva legal de R\$ 1.387.254,87 e a reversão de reserva de reavaliação de R\$ 521.422,51,

apoiou-se um lucro final de R\$ 26.879.254,96. O dividendo mínimo obrigatório é de R\$ 6.719.816,24. O saldo remanescente de lucros acumulados de R\$ 20.159.447,72 foram destinados para a reserva de lucros/reserva estatutária operacional. Todos os assuntos relacionados ao balanço, demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, demonstrações financeiras estas, devidamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, serão discutidos na próxima Assembleia Geral dos

Acionistas. **Agradecemos:** Ao término de mais um ano, agradecemos aos nossos colaboradores pela dedicação e aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pela confiança depositada na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **Jussara-PR, 13 de maio de 2026**
A Diretoria

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025 (Em milhares de Reais)				
	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	73	658	55
Aplicações financeiras	7.1	1.094.264	788.961	749.627
Contas a receber de clientes	8	12.615	14.840	2.351
Contas correntes - Cooperativa	9	79.388	70.064	45.715
Estoques	10	157.748	197.453	99.311
Ativo biológico	11	298.807	379.525	212.720
Impostos a recuperar	12	79.175	84.483	23.323
Outros créditos	13	22.045	18.356	29.216
Total do ativo circulante		1.744.115	1.554.340	1.162.318
Não circulante				
Aplicações financeiras	7.1	49.227	57.651	49.228
Contas a receber de clientes	8	15.675	17.455	1.029
Estoques	10	51.482	49.783	7.410
Depósitos judiciais	26	21.703	23.408	20.961
Impostos a recuperar	12	15.525	22.579	11.484
Outros investimentos	15	3.929	3.929	3.929
Outros créditos	13	56	4.765	56
Instrumentos Financeiros Derivativos	22	145.574	65.579	145.574
Tributos diferidos	14	256.857	220.520	-
Investimentos	16	177.573	137.821	1.308.752
Propriedade para investimentos	17	130.350	103.455	78.543
Imobilizado	18	1.945.791	2.001.098	1.233.204
Direito de uso	19	652.226	723.691	391.030
Intangível	20	3.987	36	313
Total do ativo não circulante		3.501.955	3.467.947	3.251.200
Total do ativo		5.246.070	5.022.287	4.413.518

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025 (Em milhares de Reais)				
	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Passivo Circulante				
Fornecedores	20	147.449	151.209	85.693
Empréstimos e financiamentos	21	443.295	374.132	373.187
Financiamentos - Cooperativa	23	302	303	302
Imposto de renda e contrib. social a pagar	24	2.030	437	-
Passivos fiscais	24	20.743	18.065	16.621
Salários e encargos sociais	32	191.507	50.742	18.759
Dividendos a pagar	28	6.902	29.712	6.902
Parcerias agrícolas a pagar	19	131.556	130.219	66.848
Outras obrigações	25	46.848	24.435	33.584
Total do passivo circulante		821.316	779.254	601.897
Não circulante				
Fornecedores	20	759	-	54
Empréstimos e financiamentos	21	2.294.774	2.051.433	2.041.853
Instrumentos financeiros derivativos	22	18.530	23.710	8.514
Financiamentos - Cooperativa	23	5.905	5.905	5.905
Imposto de renda e contrib. social a pagar	24	14.915	14.915	14.915
Provisão para contingências	26	25.512	27.212	19.156
Passivos fiscais	24	1.306	1.527	-
Parcerias agrícolas a pagar	19	544.730	612.777	339.762
Tributos diferidos	14	166.242	175.642	35.049
Outras Obrigações	25	15.667	53.789	10.000
Total do passivo não circulante		3.088.340	2.966.910	2.475.207
Total do passivo		1.909.656	3.746.164	3.077.104
Patrimônio líquido				
Capital social	685.000	653.000	685.000	653.000
Ações em tesouraria	(636)	(311)	(636)	(311)
Reserva de reavaliação	216	737	216	737
Reservas de lucros	661.693	682.917	661.693	682.917
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.859)	(60.220)	(9.859)	(60.220)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.336.414	1.276.123	1.336.414
Total do patrimônio líquido		1.336.414	1.276.123	1.276.123
Total do passivo e patrimônio líquido		5.246.070	5.022.287	4.413.518

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025 (Em milhares de Reais)						
	Reservas de lucros		Estutária		Total atribuível aos controladores	Participação de não controladores
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação	Legal		
Saldo em 31 de março de 2024	610.000	(12.049)	1.154	81.285	882.386	43
Participação dos administradores no lucro	-	-	-	(22.140)	-	-
Aumento de capital com reserva de lucros	43.000	-	-	(43.000)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(417)	-	-	-
Aquisição não controladores	-	-	-	-	-	(45)
Cancelamento ações em tesouraria	-	12.049	-	(12.049)	-	-
Compra de ações em tesouraria	-	(311)	-	-	-	(311)
Instrumentos financeiros - hedge accounting	-	(325)	-	-	(11.564)	(11.564)
Outros resultados abrangentes em investida	-	-	-	384	(5.399)	(5.399)
Dividendos não reclamados	-	-	-	-	384	384
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	123.913	2
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reserva legal	-	-	6.196	-	(6.196)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(29.534)	(29.534)	(29.534)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	88.600	(88.600)	-
Saldo em 31 de março de 2025	653.000	(311)	737	87.481	595.436	43
Participação dos administradores no lucro	-	-	-	(10.740)	-	-
Aumento de capital com reserva de lucros conf. AGOCE de 17/06/2025	32.000	-	-	(32.000)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(521)	-	521	-
Compra de ações em tesouraria	-	(325)	-	-	(325)	(325)
Instrumentos financeiros - hedge accounting	-	-	-	-	40.863	40.863
Constituição de efeitos reflexos em investida	-	-	-	-	9.498	9.498
Dividendos não reclamados	-	-	-	(30)	(30)	(30)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.745	27.745
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reserva legal	-	-	1.387	-	(1.387)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.720)	(6.720)	(6.720)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	20.159	(20.159)	-
Saldo em 31 de março de 2026	685.000	(636)	216	88.868	572.825	43

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025 (Em milhares de Reais)						
	Reservas de lucros		Estutária		Total atribuível aos controladores	Participação de não controladores
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação	Legal		
Saldo em 31 de março de 2024	610.000	(12.049)	1.154	81.285	882.386	43
Participação dos administradores no lucro	-	-	-	(22.140)	-	-
Aumento de capital com reserva de lucros	43.000	-	-	(43.000)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(417)	-	-	-
Aquisição não controladores	-	-	-	-	-	(45)
Cancelamento ações em tesouraria	-	12.049	-	(12.049)	-	-
Compra de ações em tesouraria	-	(311)	-	-	-	(311)
Instrumentos financeiros - hedge accounting	-	(325)	-	-	(11.564)	(11,564)
Outros resultados abrangentes em investida	-	-	-	384	(5.399)	(5,399)
Dividendos não reclamados	-	-	-	-	384	384
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	123.913	2
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reserva legal	-	-	6.196	-	(6,196)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(29,534)	(29,534)	(29,534)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	88,600	(88,600)	-
Saldo em 31 de março de 2025	653.000	(311)	737	87.481	595.436	43
Participação dos administradores no lucro	-	-	-	(10.740)	-	-
Aumento de capital com reserva de lucros conf. AGOCE de 17/06/2025	32.000	-	-	(32.000)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(521)	-	521	-
Compra de ações em tesouraria	-	(325)	-	-	(325)	(325)
Instrumentos financeiros - hedge accounting	-	-	-	-	40.863	40.863
Constituição de efeitos reflexos em investida	-	-	-	-	9.498	9.498
Dividendos não reclamados	-	-	-	(30)	(30)	(30)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.745	27.745
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reserva legal	-	-	1.387	-	(1,387)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6,720)	(6,720)	(6,720)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	20.159	(20,159)	-
Saldo em 31 de março de 2026	685.000	(636)	216	88.868	572.825	43

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná ("Companhia") tem sede no Município de Jussara, Estado do Paraná e unidades operacionais no mesmo Estado. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo"), possuem como atividades preponderantes a exploração agrícola e industrial da cana-de-açúcar e de outras espécies vegetais, em especial a produção e comercialização de etanol, açúcar e seus subprodutos, a agricultura, a produção e comercialização de mudas e sementes, a indústria, comércio e exportação dos produtos explorados pela Companhia, podendo exportar e importar bens e insumos para seu uso e consumo próprio, a produção e comercialização de energia elétrica, o comércio de imóveis urbanos e rurais, o arrendamento de imóveis rurais e a participação, na qualidade de acionista, em outras empresas. **Vale do Paraná - Alcool e Açúcar:** A controlada Vale do Paraná - Alcool e Açúcar, com sede no Município de Suzanópolis, Estado de São Paulo, tem como objeto a exploração agrícola e industrial da cana-de-açúcar e de outras espécies vegetais, em especial a produção e comercialização de etanol, açúcar e seus subprodutos, a agricultura, a produção e comercialização de mudas e sementes, a indústria, comércio e exportação dos produtos explorados pela Companhia, podendo exportar e importar bens e insumos para seu uso e consumo próprio, e a produção e comercialização de energia elétrica. **UTE Vale do Paraná Alibioma S/A:** A UTE Vale do Paraná Alibioma S/A, com sede no Município de Suzanópolis, Estado de São Paulo, tem como objeto a geração e comercialização de energia elétrica. **Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda.:** A controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., com sede no Município de Cianorte, Estado do Paraná, tem como objeto a compra e venda, a permuta e quaisquer outras formas de aquisição e alienação de bens imóveis, inclusive doação, a administração de bens próprios e a promoção de loteamentos e incorporações imobiliárias sobre imóveis próprios. **Melhoramentos Bioenergia Ltda.:** A controlada Melhoramentos Bioenergia Ltda., com sede no Município de Cianorte, Estado do Paraná, tem como objeto a geração e comercialização de energia elétrica. **Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.:** A controlada Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda., com sede no Município de Jussara, Estado do Paraná, tem como objeto a compra, venda e arrendamento de imóveis rurais, a administração de bens próprios e a exploração de atividade agrícola, em especial o cultivo de cana-de-açúcar. **1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025:** Imposição de tarifas sobre exportações brasileiras ao EUA: Ao longo de 2025, o governo dos Estados Unidos anunciou e/ou manteve a aplicação de tarifas sobre determinados produtos exportados pelo Brasil, no contexto de políticas comerciais e medidas de proteção à indústria local. Essas medidas geraram reações nos mercados, incluindo oscilações cambiais e nos mercados de capitais, podendo impactar negativamente empresas brasileiras em diversos setores da economia. Entre os principais efeitos potenciais estão a redução de exportações de determinados produtos, revisão de margens operacionais, adiamento de investimentos, aumento da volatilidade cambial e possíveis reflexos na atividade econômica. Embora alguns setores possam ser mais diretamente afetados - como agropecuária, papel e celulose, indústria aeronáutica, siderurgia e indústrias de máquinas e equipamentos -, entidades não diretamente impactadas podem sofrer efeitos indiretos ao longo de suas cadeias de valor, por meio de clientes, fornecedores e demais parceiros comerciais. Nesse contexto, a Administração avalia continuamente os riscos associados a essas medidas e seus potenciais impactos sobre os resultados, a liquidez e as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo aspectos relacionados a contratos, recuperabilidade de ativos, ativos fiscais diferidos, estimativas e julgamentos críticos, liquidez e continuidade operacional. **Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e o COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamenta a Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. A regulamentação e a instituição do Comitê Gestor do IBS, inicialmente tratadas no PLP nº 214/2024, já tiveram parte de suas disposições incorporadas à Lei Complementar nº 214/2025, no âmbito da regulamentação da Reforma Tributária. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2026. **Tributação de dividendos - Lei nº 15.270/25:** Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 2026. Um ponto relevante da Lei nº 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das empresas quanto ao momento de distribuição dos dividendos. **2. Entidades do Grupo:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Controladora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e as seguintes controladas:

	Pais de domicílio	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Vale do Paraná S/A - Alcool e Açúcar	Brasil	100,00%	100,00%
Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
UTE Vale do Paraná Alibioma S/A	Brasil	60,00%	60,00%
Copersucar S.A.	Brasil	5,49%	4,71%

(*) Considerando a participação direta e indireta. **3. Base de preparação:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos biológicos, propriedades para investimentos, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A emissão das demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram autorizadas pela administração da Companhia em 13 de maio de 2026. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa 6. **A. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2025: **• Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações cont**

→ continuação **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026 da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

devido: (a) ajuste do valor de crédito/valor de débito nos swaps de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo; e • diferenças nos termos essenciais entre os swaps de taxa de juros e os empréstimos. **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** O Grupo adota hedge accounting de valor justo para seus contratos de swap de taxas de juros atrelados a contratos de empréstimo, financiamentos e debêntures. A contratação dos swaps tem como finalidade converter a exposição econômica dos passivos pré-fixados e indexados ao IPCA em exposição pós-fixada atrelada ao CDI, reduzindo a volatilidade do valor justo do passivo protegido e assegurando o alinhamento econômico entre o instrumento de hedge e o item designado. As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Da mesma forma, as variações no valor justo do item protegido, atribuíveis ao risco objeto de hedge, também são reconhecidas no resultado, ajustando o valor contábil do respectivo ativo ou passivo. Em 31 de março de 2026 os instrumentos estão mensurados ao valor justo por meio de resultados. **d. Capital social - Controladora:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. **e. Ativos intangíveis: Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **f. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção ou de aquisição acumulada e perdas de redução de valor decorrentes de impairment, se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos adquiridos pela própria Companhia e suas controladas incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outros resultados no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e suas controladas irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias anuais para o período corrente são as seguintes:

	Média ponderada
Equipamentos agrícolas	8%
Construções e instalações	9%
Equipamentos de escritório	2%
Equipamentos de transporte	6%
Equipamentos técnicos	13%
Plantas portadoras	4%
	17%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **g. Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. A receita de aluguel das propriedades para investimento é reconhecida como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como receita operacional. **h. Parcerias agrícolas e arrendamentos:** Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber); • pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não seja razoavelmente estimada, a taxa incremental da Companhia e (ii) Contas de arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo: • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e • faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são incluídos no princípio das despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos com valor incluído em equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **l. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseados na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Os imóveis a comercializar são avaliados ao custo de aquisição. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de conclusão e despesas de vendas. A Companhia e suas controladas mantêm estoques de produtos acabados e in-processos em suas unidades industriais, após o arrendamento no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como manutenção industrial e amortizados durante a safra seguinte. Referente a créditos de descarbonização (CBIOS), o reconhecimento inicial é a valor justo menos despesas de venda. Após o reconhecimento inicial o CBIOS passa a seguir o CPC 16 de estoques, com avaliação de impairment desse ativo caso o valor de mercado (bolsa) reduza. O valor nesse caso sofre ajuste apenas para baixo, se o valor de mercado sobre o Cbio não aumenta de valor nos estoques.

j. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é determinado. Para o ativo recuperável o menor valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) da forma de perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Investimentos:** O investimento na entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição da participação societária. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mudanças do patrimônio líquido. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidências objetivas de que o investimento na coligada sofre perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia passa a reconhecer o investimento a valor justo. O investimento mantido na Copersucar S.A., na Vale do Paraná S/A - Alcool e Açúcar, na Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., na Melhoramentos Bioenergia Ltda., e na Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda., são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia conforme demonstrado na Nota 16. **i. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de colheita apuradas na data de corte. **m. Benefícios a empregados: (i) Plano de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições e o plano de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. **(ii) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado e ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **n. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou do UGC. **Operacional: Venda de produtos:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. As receitas de vendas de etanol e açúcar, são reconhecidas no resultado do exercício baseado na participação, determinada de acordo com a produção do grupo em relação às outras cooperadas, em conformidade com as definições contábeis do Parâmetro Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1996, que reflete as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Venda de imóveis:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda. reconhece a receita quando cumprida todas as obrigações de desempenho, ou seja, quando de fato o imóvel está livre para ser utilizado pelo cliente e considera os termos do contrato e suas práticas de negócios usuais para determinar o preço da transação. As vendas a prazo são efetuadas com alienação fiduciária do imóvel, em caso de inadimplência esses imóveis retornam para a Empresa e a venda é cancelada. **p. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem empréstimos, líquidas de desconto a valor presente das provisões, variações de valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo são reconhecidos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

q. Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferidos, para a Controladora e suas controladas, são calculados com base nas aliquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de

renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, 100% do lucro tributável anual para as atividades rurais e 30% do lucro tributável anual para as demais atividades. Para as controladas Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., Melhoramentos Bioenergia Ltda., e Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda., o imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento para as controladas Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda. Melhoramentos Bioenergia Ltda. e 32% e 12% para a controlada Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda., acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Imposto de renda - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240. Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável. Em 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224, que altera o regime de tributação do Lucro Presumido a partir de 1º de janeiro de 2026. A norma estabelece a redução de 10% nos percentuais de presunção sobre a parcela do faturamento anual que exceder R\$ 5.000, impactando a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Considerando que o exercício social da Companhia e suas controladas compreende o período de abril de 2025 a março de 2026, os efeitos da referida alteração serão reconhecidos no último trimestre do exercício (janeiro a março de 2026), de forma prospectiva, não havendo impactos nos períodos anteriores. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **Aspectos ambientais:** As instalações da Companhia e suas controladas estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **7. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Caixa e depósitos bancários	169	82
Aplicações financeiras	73	55
	73	55

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentada na Nota Explicativa nº 29. **7.1 Aplicações financeiras:**

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Aplicações financeiras - Circulante	1.094.264	788.961
Aplicações financeiras - Não Circulante	49.227	57.651
	1.143.491	846.612

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Fundos de Investimentos	1.003.632	706.732
Fundos de Investimentos Exclusivos	139.374	139.880
Renda Fixa	485	485
	1.143.491	846.612

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a Fundos de Investimentos, Fundo de Investimento Exclusivo e Títulos de Renda Fixa, apresentando uma remuneração média, até 31 de março de 2026, de 97,51% (102,92% em março de 2025) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os fundos de investimentos são da classe Multimercado e Renda Fixa e apresentaram remuneração de 97,45% do CDI. Os Investimentos em Renda Fixa consistem em Títulos de Crédito Privado e Crédito Bancário com remuneração de 103,24% do CDI. Os fundos de investimentos exclusivos são compostos basicamente por Títulos de Renda Fixa, fundos multimercados e fundos de renda fixa e apresentaram remuneração de 92,00% do CDI. As aplicações de longo prazo referem-se a (i) Contas de Fundos de Investimento mantidos em conta Escrow remunerados à taxa média de 97,90% (97,16% em março de 2025) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e cujo recurso assegura o cumprimento de obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em Junho de 2022 no processo de aquisição de ações da Controlada Vale do Paraná S/A, Alcool e Açúcar e (ii) Contas de Fundo Imobiliário - remuneradas a taxa média de -0,22% a.a. (-0,32% a.a. em março de 2025).

8. Contas a receber de clientes:

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Contas a receber de clientes no país	40.092	45.256
Perda esperada em crédito de liquidação duvidosa	(1.452)	(1.164)
Ajuste a valor presente	(10.350)	(11.797)
	28.290	32.295

Ativo Circulante 12.615 14.840 2.351 1.400
Ativo Não Circulante 15.975 17.455 1.029 297

O saldo de contas a receber no ativo não circulante da Companhia e sua controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., referem-se à comercialização de imóveis com período de recebimento até 2042, classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A Companhia e sua controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., avaliaram e reconheceram o ajuste a valor presente com taxa desconto negociada no momento da assinatura do contrato de venda. Abaixo demonstração do vencimento dos saldos a receber por ano de vencimento.

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Ano de vencimento	31 de março de 2026	31 de março de 2025
2023	163	354
2024	152	585
2025	834	14.829
2026	11.205	6.113
2027	5.564	3.197
Acima 2027	11.824	8.381
	29.742	33.459

Movimentação da perda esperada em crédito de liquidação duvidosa:

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Saldo Inicial	1.164	577
Provisões constituídas	1.439	1.405
Provisões revertidas	(1.151)	(818)
Saldo final	1.452	1.164

9. Contas-correntes - Cooperativa: Correspondem aos direitos a receber por comercialização de açúcar e etanol junto à Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Não constam valores vencidos em 31/03/2026.

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Contas-correntes - Cooperativa - Circulante	79.388	70.064
	79.388	70.064

10. Estoques:

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Produtos acabados (i)	192	2.140
CBIOS	8.769	24.192
Imóveis a comercializar (ii)	56.397	53.777
Almoxarifado industrial e agrícola (iii)	98.015	106.737
Almoxarifado	54.001	59.334
Outros	1.856	1.036
	209.230	247.236

(i) Os produtos acabados referem-se substancialmente a etanol e açúcar da Companhia e de sua controlada Vale do Paraná S/A - Alcool e Açúcar e estão à disposição da Cooperativa para comercialização. (ii) Os estoques no ativo não circulante referem-se substancialmente a imóveis da Companhia e de sua controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., destinados à venda. (iii) A conta de manutenção industrial e agrícola inclui gastos incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte. A Companhia cedeu em garantia lotes urbanos, que encontram-se contabilizados na rubrica "imóveis a comercializar, para suas operações de Capital de Giro e Custeio Agrícola no valor de mercado de R\$ 2.168 (R\$ 2.168 em março de 2025). **11. Ativo biológico:** A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, atendendo, assim, os dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, onde os seus ativos biológicos (cana-de-açúcar) passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência. Em 31 de março de 2026, os fluxos de caixa foram descontados por 12,30% (15,07% em 2025) que é o WACC (Weight Average Capital Cost - Custo Médio Ponderado do Capital) do Grupo. **Cana-de-açúcar: (i) Principais premissas utilizadas para atribuição do valor justo aos ativos biológicos:** Com base no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconheceu seus ativos biológicos a valor justo onde as lavouras de cana-de-açúcar são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda de ativo menos os impostos e custos necessários para colheita do produto em consumo ou venda. As metodologias utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos correspondem à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade da lavoura de cana-de-açúcar, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos.

(ii) Apresentação: A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Saldo Inicial	379.525	332.398
Adições de tratos culturais	269.528	294.372
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(36.689)	12.352
Amortizações e depreciações do exercício	(313.558)	(259.597)
Saldo contábil, líquido	298.807	379.525

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se: • O preço estimado do ATR fosse maior (menor); • A produtividade (toneladas de cana por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e • A taxa de desconto fosse menor (maior). As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia são sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. **Soqueiras de cana-de-açúcar:** As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar. **Consolidado**

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Área a ser replantada (hectares)	12.419	8.268
Custo do replantio (R\$/hectares)	14.704,99	16.167,12

Área estimada de colheita (hectares) 78.202 78.626 53.623 54.761
Produtividade prevista (toneladas de cana/hectare) 82,57 82,62 83,43 82,15
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg/t) 138,89 138,85 137,47 137,47
Valor do kg de ATR 1,13 1,24 1,15 1,27
O ativo biológico cana-de-açúcar possui sua realização na safra 2026/2027.

12. Impostos a recuperar:

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
ICMS a recuperar	45.351	49.742
COFINS a recuperar	29.294	33.598
PIA a recuperar	7.465	7.431
INSS a recuperar	170	170
IRPJ a recuperar	11.735	14.612
CSLL a recuperar	194	-
Outros	85	1.315
	94.700	107.062

13. Outros créditos:

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Adiantamento a fornecedores (i)	17.008	17.835
Despesas a apropriar	2.679	2.367
Ativo não circulante mantido para venda	-	624
Partes relacionadas - nota 27	-	-
Dividendos a receber - nota 27	-	19.558
Outros	2.414	2.295
	22.101	23.121
	22.045	18.356
Circulante	56	4.765
Não circulante	22.101	23.121

(i) Adiantamento a fornecedores: refere-se substancialmente a adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar na Companhia e na controlada Vale do Paraná S/A - Alcool e Açúcar. **14. Tributos diferidos:** **a. Natureza dos tributos diferidos:** Impostos diferidos de ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A Companhia contabilizou impostos diferidos sobre as seguintes diferenças temporárias

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026 da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Participação	Quantidade de ações/quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial
31 de março de 2025									
Vale do Paraná S/A - Alcool e Açúcar	100,00%	61.806.987	1.629.752	1.629.752	830.527	648.248	(591.167)	57.081	45.850
Melhoramentos Desenv. Imobiliário Ltda.	100,00%	65.577.178	164.554	164.554	146.047	34.449	(9.138)	25.311	25.309
Copersucar S.A.	2,9963%	62.622.557	16.650.804	16.650.804	2.100.099	64.406.806	(64.053.922)	406.684	11.672
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	100,00%	3.820.000	5.761	5.761	5.195	210	(32)	178	178
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	100,00%	30.190.000	61.006	61.006	40.536	25.845	(19.329)	11.916	11.916
									94.925
31 de março de 2026									
Vale do Paraná S/A - Alcool e Açúcar	100,00%	61.806.987	1.610.597	1.610.597	867.661	698.083	(657.071)	41.012	29.967
Melhoramentos Desenv. Imobiliário Ltda.	100,00%	65.577.178	185.931	185.931	164.858	35.300	(10.629)	24.671	24.671
Copersucar S.A.	3,8135%	81.351.530	18.968.758	18.968.758	1.842.837	65.780.597	(65.125.773)	653.273	24.717
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	100,00%	3.820.000	8.375	8.375	6.584	243	(41)	202	1.820
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	100,00%	30.190.000	68.608	68.608	51.856	34.056	(19.208)	14.847	14.847
									96.022

especializada. Os lotes urbanos foram valorizados pelo método comparativo de dados de mercado e características. O critério adotado foi o da comparação entre eventos similares localizados na mesma região onde se encontram os lotes em questão. Os valores apresentados representam o valor justo, que é o valor pela qual um ativo pode ser negociado.

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2026
Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	-	71.304
Participação nos lucros de coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	51.224	27.770
Outros dividendos recebidos	121	82
	51.345	27.852

Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.: A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, sócias e que inclui a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

Informações sobre investimento na UTE Vale do Paraná Albioma S.A.: A UTE Vale do Paraná Albioma S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil que atua no mercado de bioenergia. A controlada Vale do Paraná S/A - Alcool e Açúcar possui 60% do capital da UTE Vale do Paraná Albioma S.A. e não exerce gestão sobre a mesma.

17. Propriedade para investimentos: Refere-se a diversos lotes urbanos e rurais, localizados em pontos estratégicos dos Municípios de Cianorte e Umuarama, Estado do Paraná, com objetivo de valorização do capital ao longo do tempo, passando a mensuração ser pelo seu valor justo, conforme parecer de avaliação a valor justo para fins de determinação dos ativos registrados como Propriedade para Investimentos, emitido por empresa

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2026
Saldo em 31 de março de 2025	103.455	103.455
Reclassificação de estoques	677	-
Aquisição	1.073	436
Alteração do valor justo (i)	26.080	(18)
Baixas	(516)	-
Depreciações	(419)	(419)
Saldo em 31 de março de 2026	130.350	103.455

(i) A mensuração do valor justo de lotes das propriedades para investimentos foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na nota explicativa nº 4. A Companhia e suas controladas avaliaram os preços de mercado dos referidos terrenos por empresa especializada e houve aumento no valor montante de R\$ 14.847 para a Controladora e de R\$ 26.080 para a Companhia e suas controladas para o período de 1º de abril de 2025 até 31 de março de 2026. A Controlada Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., possui 02 lotes urbanos localizados em pontos estratégicos do Município de Cianorte, Estado do Paraná, sendo 01 com a construção do BTS - Built to Suit e 01 com objetivo de valorização do capital ao longo do tempo. Esses imóveis foram avaliados ao seu valor justo. A Controlada Melhoramentos Propriedade Agrícolas Ltda. possui lotes rurais localizados no Município de Nova Londrina, Estado do Paraná, com objetivo de obter renda através de arrendamento rural, sendo a sua mensuração pelo seu valor justo, conforme parecer de avaliação a valor justo para fins de determinação dos ativos registrados como Propriedade para Investimentos, emitido por empresa especializada.

	Terras	Construções e instalações	Equipamentos	Escritório	Transporte	Técnicos	Agrícolas	Plantas portadoras	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de março de 2024	22.833	98.123	1.102	5.040	86.308	496.376	252.274	780.921	76.056	1.817.931
Aquisições	-	162	3.646	-	39.328	35.986	-	240.613	106.541	452.786
Transferências	-	35.740	1.725	(675)	64.743	12.707	-	20.215	(134.455)	-
Baixas	-	(22)	(12)	(1.544)	(515)	(3.930)	-	(2.083)	(4.771)	(12.877)
Depreciação	-	(3.275)	(1.133)	(12.917)	(36.713)	(38.370)	-	(164.334)	-	(256.742)
Saldos em 31 de março de 2025	22.833	130.668	9.266	110.500	559.777	249.351	875.332	43.371	2.001.098	3.622.310
Custo total	22.833	168.132	27.419	188.680	926.822	464.219	1.780.834	43.371	3.622.310	6.207
Depreciação acumulada	-	(37.464)	(18.153)	(78.180)	(367.045)	(214.868)	-	(1.621.212)	-	(2.428.829)
Saldos em 31 de março de 2025	22.833	130.668	9.266	110.500	559.777	249.351	875.332	43.371	2.001.098	3.622.310
Aquisições	-	584	2.434	9.717	17.661	25.830	-	158.410	29.626	244.262
Transferências	-	13.863	976	6.702	28.948	1.468	-	-	(51.957)	-
Baixas	-	(178)	(23)	(3.908)	(2.067)	(7.421)	-	(1.960)	(45)	(15.602)
Depreciação	-	(3.695)	(1.686)	(20.751)	(39.694)	(38.455)	-	(179.696)	-	(283.967)
Saldos em 31 de março de 2026	22.833	141.242	10.967	102.260	584.635	230.773	852.086	20.995	1.945.791	3.905.970
Custo total	22.833	182.401	30.806	201.191	971.364	484.096	1.937.284	20.995	3.850.970	6.207
Depreciação acumulada	-	(41.159)	(19.839)	(98.931)	(406.729)	(253.323)	-	(1.085.198)	-	(1.905.179)
Saldos em 31 de março de 2026	22.833	141.242	10.967	102.260	584.635	230.773	852.086	20.995	1.945.791	3.905.970

Controladora:

	Terras	Construções e instalações	Equipamentos	Escritório	Transporte	Técnicos	Agrícolas	Plantas portadoras	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de março de 2024	19.690	64.470	4.011	45.261	271.890	151.649	453.728	790.921	76.056	1.661.964
Aquisições	-	98	2.970	36.115	23.520	15.666	-	188.873	109.270	346.512
Transferências	-	32.357	1.165	333	47.903	11.594	-	12.106	(75.458)	-
Baixas	-	(22)	(11)	(900)	(495)	(2.356)	-	(1.222)	-	(5.006)
Depreciação	-	(2.471)	(980)	(6.455)	(21.549)	(26.469)	-	(99.309)	-	(157.831)
Saldos em 31 de março de 2025	19.690	94.432	7.155	74.356	321.269	150.084	852.086	553.576	25.077	2.462.565
Custo total	19.690	125.183	20.915	111.733	585.687	304.871	1.269.409	1.937.284	25.077	3.905.970
Depreciação acumulada	-	(30.751)	(13.760)	(37.377)	(264.418)	(154.787)	-	(715.833)	-	(1.216.926)
Saldos em 31 de março de 2025	19.690	94.432	7.155	74.356	321.269	150.084	852.086	553.576	25.077	2.462.565
Aquisições	-	577	1.687	2.862	15.637	19.895	-	111.672	23.642	175.972
Transferências	-	3.891	924	7.100	19.975	232	-	-	(32.122)	-
Baixas	-	(178)	(22)	(2.515)	(2.017)	(5.374)	-	(8)	-	(10.114)
Depreciação	-	(2.758)	(1.359)	(14.632)	(23.443)	(26.593)	-	(109.508)	-	(178.293)
Saldos em 31 de março de 2026	19.690	95.964	8.385	67.171	331.421	138.244	855.732	16.597	1.233.204	3.123.204
Custo total	19.690	129.473	23.504	119.180	619.282	319.624	1.381.073	16.597	2.628.423	4.905.970
Depreciação acumulada	-	(33.509)	(15.119)	(52.009)	(287.861)	(181.380)	-	(825.341)	-	(1.395.219)
Saldos em 31 de março de 2026	19.690	95.964	8.385	67.171	331.421	138.244	855.732	16.597	1.233.204	3.123.204

Garantia: Os bens do ativo imobilizado foram cedidos em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 27. **Análise do valor de recuperação:** De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia e suas controladas avaliaram em 31 de março de 2026 os indicadores e concluíram não haver necessidade de determinação do valor recuperável - teste de impairment. **Depreciação do exercício:** Do montante de R\$ 283.967 de depreciação do exercício da Companhia e suas controladas (R\$ 256.742 em março de 2025), R\$ 281.629 foi apropriado nos custos de produção (R\$ 254.695 em março de 2025) e R\$ 2.338 como despesas administrativas (R\$ 2.047 em março de 2025). Do montante de R\$ 178.293 de depreciação do exercício da Companhia (R\$ 157.831 em março de 2025), R\$ 177.282 foi apropriado nos custos de produção (R\$ 156.003 em março de 2025) e R\$ 2.011 como despesas administrativas (R\$ 1.828 em março de 2025). **Capitalização de juros:** Para o exercício encerrado em março de 2026, foi contabilizado no ativo imobilizado da Companhia e suas controladas, o montante de R\$ 14.465 (R\$ 22.088 em março de 2025), referente a capitalização de juros sob aquisição de imobilizado. Para o exercício encerrado em março de 2026, foi contabilizado no ativo imobilizado da Companhia, o montante de R\$ 10.271 (R\$ 14.902 em março de 2025), referente a capitalização de juros sob aquisição de imobilizado. **Imobilizado em andamento:** Refere-se substancialmente a obras e melhorias realizadas no período de entressafra nas plantas industriais, em fase final de conclusão. **19 Direito de uso (ativo) e parcerias agrícolas a pagar (passivo):** A movimentação do direito de uso foi a seguinte:

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2026
Saldo inicial	723.691	646.786
Adições por novos contratos	106.968	162.308
Atualização contratual	(32.554)	45.743
Baixas contratuais	(13.324)	(1.641)
Depreciação	(132.555)	(129.505)
Saldo em 31 de março de 2026	652.226	723.691
Vida útil (anos)	12 anos	12 anos

A movimentação das parcerias agrícolas a pagar foi a seguinte: **Consolidado:**

	Saldo dos compromissos de parcerias agrícolas	Saldo de adiantamentos efetuados	Ajuste a valor presente	Passivo de arrendamento mercantil
Saldo em 31 de março de 2024	1.032.143	(33.798)	(343.217)	655.128
Adição/compensação de adiantamentos	-	6.258	-	6.258
Adições por novos contratos	250.966	-	(90.300)	160.666
Atualização contratual	63.934	-	(18.190)	45.743
Pagamentos efetuados	(193.170)	-	-	(193.170)
Apropriação de encargos financeiros	-	-	68.371	68.371
Saldo em 31 de março de 2025	1.153.873	(27.540)	(383.337)	742.996
Adição/compensação de adiantamentos	-	(8.410)	-	(8.410)
Adições por novos contratos	156.262	-	(49.297)	106.965
Atualização contratual	(43.545)	-	(10.991)	(32.554)
Pagamentos efetuados	(185.228)	-	-	(185.228)
Apropriação de encargos financeiros	-	-	65.842	65.842
Baixas	(20.617)	-	7.293	(13.324)
Saldo em 31 de março de 2026	1.060.744	(35.950)	(348.508)	676.286
Passivo circulante	131.556	-	-	130.219
Passivo não circulante	544.730	-	-	612.777
	676.286	-	-	742.996

Controladora:

	Saldo dos compromissos de parcerias agrícolas	Saldo de adiantamentos efetuados	Ajuste a valor presente	Passivo de arrendamento mercantil
Saldo em 31 de março de 2024	597.321	(25.573)	(224.600)	347.148
Adição/compensação de adiantamentos	-	(4.128)	-	(4.128)
Adições por novos contratos	113.610	-	(38.489)	75.121
Atualização contratual	59.290	-	(16.315)	42.975
Pagamentos efetuados	(73.354)	-	-	(73.354)
Apropriação de encargos financeiros	-	-	34.121	34.121
Saldo em 31 de março de 2025	696.867	(29.701)	(245.283)	421.883
Adição/compensação de adiantamentos	-	(2.646)	-	(2.646)
Adições por novos contratos	59.667	-	(8.864)	50.803
Atualização contratual	(7.180)	-	(2.229)	(9.409)
Pagamentos efetuados	(90.026)	-	-	(90.026)
Apropriação de encargos financeiros	-	-	37.965	37.965
Baixas	(2.430)	-	471	(1.959)
Saldo em 31 de março de 2026				

*** continuação** **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026 da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Conforme previsto no CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas, a controladora da Companhia é a Companhia Agrícola Caiuá que detém 94,469% (94,444% em março de 2025) das ações que representam o seu capital social. **d. Parcerias agrícolas:**

	Consolidado	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Passivo circulante		
Parcerias agrícolas		
Guanabara Agropecuária e Participações Ltda.	2.554	2.422
Pedralva Participações Ltda.	7.527	6.771
	10.081	9.193

	Consolidado	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Passivo não circulante		
Parcerias agrícolas		
Guanabara Agropecuária e Participações Ltda.	19.746	21.842
Pedralva Participações Ltda.	67.186	61.156
	86.932	82.998

e. Garantias prestadas: Em 31 de março de 2026, a Companhia possui saldo de garantias como avalista prestadas para as controladas Vale do Paraná S/A - Alcool e Açúcar e Melhoramentos Bioenergia Ltda. no montante de R\$ 131.752 (R\$ 191.476 em março de 2025). **f. Dividendos recebidos:** As transações com controladas e coligadas abaixo ocorreram durante o ano.

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Copersucar S.A.	22.696	15.576	15.005	10.111
Vale do Paraná S/A - Alcool e Açúcar				
UTE Vale do Paraná Alibioma S.A.	9.735	5.340	-	-
Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	-	-	6.011	4.563
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	-	-	42	35
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	-	-	2.830	392
Outros dividendos	119	82	119	82
	32.550	20.998	37.564	36.710

28. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social está representado por 3.925 (idêntico em 31 de março de 2025) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de junho de 2025, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 32.000 por meio da capitalização de reserva de lucros/reserva estatutária operacional. **Ações em Tesouraria:** Durante o exercício encerrado em março de 2026, houve a aquisição de 1 ação ordinária nominativa e sem valor nominal para manutenção em tesouraria no montante de R\$ 325, sendo o saldo representado por R\$ 636 (R\$ 311 em março 2025). **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva estatutária operacional:** Refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro líquido do exercício a fim de assegurar investimentos em bens do ativo imobilizado, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucros vinculadas ao orçamento de capital em observância ao artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo não poderá ultrapassar a 90% do capital social. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de junho de 2025, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 32.000 por meio da capitalização de parte da reserva de lucros/reserva estatutária operacional.

Reserva de reavaliação: Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, efetuada em 2006 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, correspondendo à contrapartida do novo valor de custo atribuído a esses bens, conforme faculta o item 38 (a) do Pronunciamento Técnico CPC 13. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. **Ajustes de avaliação patrimonial:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, anteriormente designadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa, foram reclassificadas, a partir de março, para *hedge* de valor justo. A referida reclassificação não gerou impacto no resultado do período, uma vez que os efeitos passaram a ser remunerados a valor justo contra o resultado ao longo do período. **Dividendos a pagar:** Em 31 de março de 2026, a Companhia possui saldo de dividendos a pagar de R\$ 119,200 (R\$ 82,119 em março de 2025). **Dividendos a receber:** Em 31 de março de 2026, a Companhia possui saldo de dividendos a receber de R\$ 119,200 (R\$ 82,119 em março de 2025). **Dividendos recebidos:** Em 31 de março de 2026, a Companhia recebeu dividendos de R\$ 32.550 (R\$ 20.998 em março de 2025) de suas controladas e coligadas.

	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Lucro do exercício	27.745	123.913
(-) Constituição de reserva legal	1.381	6.198
(+) Reavaliação reflexa	521	417
(=) Lucro líquido ajustado	26.879	118.134
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25,7%	25%
(=) Dividendo mínimo obrigatório	6.720	29.534
Dividendos a pagar do exercício	6.720	29.534
Dividendos a pagar de exercícios anteriores (1)	182	179
(=) Dividendos a pagar	6.902	29.712

(1) Refere-se a dividendos não reclamados de exercícios anteriores. **Participação dos administradores nos lucros:** De acordo com o art. 152 da Lei nº 6.404/76 os Acionistas em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17 de junho de 2025, atribuíram aos administradores participação no lucro no montante de R\$ 10.740 (R\$ 22.140 em março de 2025). No valor da participação desse exercício está contemplado os encargos no montante de R\$ 1.790. **29. Instrumentos financeiros: a. Gestão de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos e políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco de crédito, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições em mercados de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Os empréstimos contratados pela Companhia e suas controladas são em moeda nacional, não ficando expostos a risco de câmbio ou instabilidade internacional. **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas. **Risco operacional:** Com o objetivo de implementar controles e gerar resultados, a Companhia e suas controladas, baseada em indicadores de desempenho define as responsabilidades operacionais e monitora as seguintes áreas, priorizando produtividade, segurança, respeito ao meio ambiente e lucratividade, agregados ao desenvolvimento de habilidades e capacitação de seus colaboradores. Este conjunto de valores permite que a gestão operacional da Companhia e da suas controladas maximize os resultados pretendidos. Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e da suas controladas e de fatores externos, exceto risco de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e da suas controladas. O objetivo da Companhia e da suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e da suas controladas para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco de fraude. A Companhia opera em diversos mercados e setores, incluindo os seguintes instrumentos financeiros, sendo eles: contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos (*swap*). Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, foram realizadas reclassificações de instrumentos financeiros anteriormente designados como *hedge accounting* para *hedge* de valor justo.

	Consolidado		Custo		
	Nota	Valor justo	Amortizado	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Ativos					
Caixa e Equivalentes de caixa	7	-	73	658	-
Aplicações Financeiras	7.1	1.143.491	1.143.491	846.612	611.010
Contas a receber de clientes	8	28.290	28.290	32.295	1.697
Contas correntes - Cooperativa	9	45.715	45.715	40.787	1.697
Instrumentos financeiros derivativos	22	145.574	-	145.574	65.579
Outros investimentos	15	3.929	-	3.929	3.929
Depósitos judiciais	26	-	21.703	21.703	23.408
Outros créditos	13	-	22.101	22.101	23.121
		149.503	1.295.046	1.444.549	1.065.666

	Passivo		Custo		
	Nota	Valor justo	Amortizado	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Passivos					
Fornecedores	20	85.747	-	85.747	98.288
Empréstimos e financiamentos	21	941.449	1.473.592	2.415.041	2.115.354
Financiamentos - Cooperativa	23	6.207	-	6.207	6.208
Parcerias agrícolas a pagar	19	406.610	-	406.610	421.883
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	8.514	8.514	17.827
Outras obrigações	25	43.584	-	43.584	46.956
		1.483.596	1.482.106	2.965.702	2.706.516

30. Receita operacional líquida:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Venda de produtos industriais	1.945.988	1.764.712	1.248.925	1.118.922
Venda de produtos agrícolas	30.952	19.996	21.302	14.616
Venda de imóveis	14.991	30.973	1.142	413
Vendas diversas	3.618	3.434	1.641	1.349
(-) Deduções sobre vendas	(198.741)	(183.022)	(142.646)	(129.526)
	1.796.807	1.636.092	1.130.364	1.005.544

31. Outros resultados operacionais:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Ajuste valor justo propriedade investimento	31.035	(18)	19.802	(297)
Ajuste valor justo estoque CBO s	17.076	36.436	12.865	27.516
Outras receitas - Cooperativa	223	33	223	33
Indenização de seguros	1.606	1.368	1.301	911
Créditos tributários extemporâneos (I)	-	-	-	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	10.307	710	9.403	531
Resultado na baixa de propriedade para investimento	(2.548)	-	(2.548)	-
Outros resultados operacionais	4.137	3.842	123	268
Recuperação de despesas	396	313	396	278
Reversão de provisões	1.800	2.992	675	-
	64.032	59.115	42.240	31.630

32. Despesas por natureza:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Depreciação e amortização	597.944	516.758	597.944	516.758
Depreciação direlto de uso	132.555	129.505	132.555	129.505
Despesas com pessoal	270.024	265.664	270.024	265.664
Custo dos produtos, exceto fretes, transbordo e armazenagem	429.505	304.557	429.505	304.557
Fretes, transbordo, armazenagem e despesas com embarque	10.374	10.487	10.374	10.487
Contingências	11.964	11.964	11.964	11.964
Outras despesas	66.050	80.831	66.050	80.831
	1.518.416	1.319.766	1.518.416	1.319.766

Classificado como:

	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	1.410.599	1.197.032
Administrativas e gerais	97.443	112.247
Despesas com Vendas	10.374	10.487
	1.518.416	1.319.766

33. Resultado financeiro:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Juros ativos	4.583	9.827	4.583	9.827
Rendimento de aplicações financeiras	106.000	73.805	106.000	73.805
Ajuste a valor presente - clientes	3.487	2.472	3.487	2.472
Receita financeira - Cooperativa	57	298	57	298
Variações monetárias diversas	996	1.494	996	1.494
Ganhos em derivativos	9.688	11.522	9.688	11.522
Outras receitas financeiras	3.002	4.407	3.002	4.407
Receitas financeiras	127.813	103.825	127.813	103.825
Despesa de juros sobre passivos financeiros	(337.883)	(300.744)	(337.883)	(300.744)
(-) Capitalização de Juros	14.465	22.088	14.465	22.088
Despesas financeiras - cooperativa	(1.009)	(5.061)	(1.009)	(5.061)
Custo captação recursos financeiros	(9.726)	(9.541)	(9.726)	(9.541)
Perdas em derivativos	(82.267)	(261)	(82.267)	(261)
Descontos concedidos	(828)	(224)	(828)	(224)
Encargos financeiros parcerias a pagar	(65.843)	(68.477)	(65.843)	(68.477)
Outras despesas	(1.844)	(1.209)	(1.844)	(1.209)
Despesas financeiras	(484.935)	(363.429)	(484.935)	(363.429)
Financeiras líquidas	(357.122)	(259.604)	(357.122)	(259.604)

Controladora:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Juros ativos	2.976	8.593	2.976	8.593
Rendimento de aplicações financeiras	72.055	54.493	72.055	54.493
Variações monetárias diversas	182	714	182	714
Ganhos em derivativos	9.688	11.522	9.688	11.522
Outras receitas financeiras	502	3.011	502	3.011
Receitas financeiras	85.403	78.333	85.403	78.333
Despesa de juros sobre passivos financeiros	(290.015)	(258.464)	(290.015)	(258.464)
(-) Capitalização de Juros	10.271	14.902	10.271	14.902
Despesas financeiras - cooperativa	(792)	(4.018)	(792)	(4.018)
Custo captação debêntures	(7.762)	(7.551)	(7.762)	(7.551)
Perdas em derivativos	(74.220)	-	(74.220)	-
Encargos financeiros parcerias a pagar	(37.965)	(34.187)	(37.965)	(34.187)
Outras despesas	(1.761)	(1.138)	(1.761)	(1.138)
Despesas financeiras	(402.244)	(290.456)	(402.244)	(290.456)
Financeiras líquidas	(316.841)	(212.123)	(316.841)	(212.123)

34. Compromissos: Compromisso de fornecimento etanol: A Companhia e sua controlada Vale do Paraná S/A - Alcool e Açúcar, possuem contrato de exclusividade de fornecimento de etanol e açúcar junto a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de 3 anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra. A Companhia e sua controlada Vale do Paraná S/A - Alcool e Açúcar, também é interveniente garantidora das operações de venda de etanol e açúcar correspondente ao contrato firmado pela Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores ESALQ para os mercados interno e externo.

35. Seguros: A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de março de 2026, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros com os montantes abaixo segregados:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Patrimônio	330.000	449.999	136.065	185.543
Bens	251.564	236.359	123.752	80.903
Responsabilidade Civil	50.000	50.000	27.600	27.600
	631.564	736.358	287.417	294.046

Contador: Alisson de Souza Brito - CRC: PR 049106/O-0

	Consolidado		Custo		
	Nota	Valor justo	Amortizado	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Ativos					
Caixa e Equivalentes de caixa	7	-	73	658	-
Aplicações Financeiras	7.1	1.143.491	1.143.491	846.612	611.010
Contas a receber de clientes	8	28.290	28.290	32.295	1.697
Contas correntes - Cooperativa	9	45.715	45.715	40.787	1.697
Instrumentos financeiros derivativos	22	145.574	-	145.574	65.579
Outros investimentos	15	3.929	-	3.929	3.929
Depósitos judiciais	26	-	21.703	21.703	23.408
Outros créditos	13	-	22.101	22.101	23.121
		149.503	1.295.046	1.444.549	1.065.666